

## Algumas conseqüências do Consenso de Washington

Em fins de 1989 realizava-se, como é sabido, uma reunião de tecnocratas, inclusive latino-americanos, cujas conclusões receberam a denominação de Consenso de Washington, a capital que sediava o evento.

Em síntese, recomendava-se, em nome da “modernização”: a abertura comercial, o arrocho fiscal e dos gastos públicos, a privatização das estatais, a desregulamentação em geral, uma lei de patentes rigorosa. O Estado do Bem-Estar Social era substituído pelo “mercado” e o monetarismo, e as teses de Keynes pelas de Hayek.

Na verdade, esse ideário já havia sido apresentado anteriormente pela entidade patrocinadora do encontro, o Instituto Internacional de Economia, IIE na sigla em inglês. A reunião se destinava a avaliar a implementação e aconselhar o seu prosseguimento.

Com o bloco soviético recém-levado à derrocada, promovia-se uma espécie de celebração da unipolaridade.

Assim, em 1990, o presidente George Bush, pai, anunciava o projeto denominado Iniciativa para as Américas, ou seja, a intenção de remover quaisquer barreiras econômicas defensivas entre os países de todo o hemisfério, do Alaska à Terra do Fogo, estabelecendo um mercado único. Era o germe da idéia de promover a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a ser implantada em 2005. Felizmente, essa pretensão inaceitável vem encontrando a resistência nacional e popular de países-alvo, como é o caso do Brasil.

É nesse contexto de ascensão das teses do chamado Consenso que, em dezembro de 1993, era proposto no Brasil o Programa de Estabilização Monetária, elaborado com base em cortes brutais no Orçamento, e a partir do falso pressuposto de considerar o déficit do setor público como a fonte primária da inflação. Ignorava-se, por exemplo, o papel dos espúrios encargos financeiros.

Os ataques neoliberais tomavam como alvo os direitos dos funcionários, a previdência pública, as estatais e assim por diante. Na mesma linha, era defendida a eliminação das restrições ao capital estrangeiro em setores como a exploração do subsolo e a energia elétrica. A prescrição anti-nacional era completa e para atendê-la era preciso mutilar (como foi sendo feito) a essência da Carta de 1988.

Quando, no início de julho de 1994, a nova moeda foi implantada, veio à tona a dura realidade de um salário mínimo cotado em 64 reais.

A essa altura, o Real já passava a ser erigido em panacéia e fetichizado; nada podia ser feito para prejudicá-lo — ou seja, havia que manter a retração do meio circulante.

Papel essencial na assessoria para a reforma monetária coube a Mario Henrique Simonsen, que havia sido ministro da área econômica entre 1974 e 1979. Ele tinha sem dúvida os melhores títulos para essa tarefa pois, ao deixar o ministério, passara a integrar o conselho do Citicorp, nosso credor.

Também a missão econômica do FMI e até o próprio William Rhodes, do Citibank e então chefe do comitê de bancos credores, acompanhavam com atenção, vivamente interessados e de corpo presente, as manobras através das quais se impunha ao Brasil o garrote da estabilização.

Já tinha havido historicamente outras tentativas nesse sentido.

Assim, em meados de 1956, quando uma missão econômica brasileira negociava um empréstimo junto ao Eximbank, o País foi pressionado ao compromisso de promover um urgente combate à inflação e aceitar uma série de condicionamentos envolvendo assuntos de nossa estrita competência como nação soberana. Segundo registra Aristóteles Moura no clássico Capitais Estrangeiros no Brasil, o programa antiinflacionário proposto incluía a

redução das despesas governamentais em todos os níveis e a limitação do crédito pelo Banco do Brasil apenas às necessidades mais essenciais.

Por essa mesma época, as divisas iam se esvaindo, enquanto correlatamente a inflação se aprofundava. Mas em vez de se sustar a sangria decorrente das remessas feitas pelos cartéis para o exterior, o País era aconselhado pelo Fundo Monetário Internacional a praticar a estabilização, adotando a camisa-de-força da restrição ao meio circulante “inflado”, com o corte de despesas a qualquer custo.

Pressionada pelo FMI que apresentava a reforma como requisito para as concessões de empréstimos, a administração chegou a pôr um plano de estabilização monetária em prática, promovendo a redução de gastos e crédito. Contudo, ante a resistência generalizada daqueles que sabiam que a causa da inflação era bem diversa da diagnosticada, o Presidente Juscelino preferiu abandonar essa posição, desligando-se do FMI em junho de 1959, sob o aplauso popular e das Forças Armadas.

No artigo O Fundo Monetário Internacional e os interesses do Brasil, publicado no mesmo ano, o eminente jurista Osny Duarte Pereira ironizava o plano de estabilização.

“Cortem-se até mesmo hospitais e escolas, como aconselhou o chefe da delegação dos EUA na reunião da Operação Pan Americana, em Buenos Aires. Mas conserve-se a estabilidade em face do dólar, para manter iguais os lucros em moeda nacional e em dólares, quaisquer que sejam as tragédias que afligirem o Brasil”.

Acrescentemos ainda ser evidente que a preocupação antiinflacionária a partir da ótica imperialista nada tem a ver com a condenação do fato de que a inflação opera como elemento apropriador suplementar da mais-valia. Ao contrário, trata-se primordialmente de “enxugar” na medida do possível o meio circulante, de cujo circuito vão sendo apartadas as grandes massas e, progressivamente, outras camadas.

Duas décadas depois do rompimento de 1959, o Brasil, levado à insolvência em meados de 1982, acabaria por fim indo ao FMI, durante a presidência João Figueiredo.

Esse passo era considerado vergonhoso, ao contrário do que ocorre na atualidade, quando as relações tão assimétricas com esse organismo internacional são tratadas como naturais — e até positivas!

Diversamente, em 1982, os entendimentos em curso eram negados porque estavam próximas as eleições, e o vazamento deles para a opinião pública prejudicaria o governo.

Em discurso pronunciado no Senado em 1º de dezembro de 1982 e publicado com o título de A rendição ao Fundo Monetário, Roberto Saturnino, membro da casa, denunciava que, passada a eleição de novembro, se ficara sabendo que ainda em setembro de 1982 a finança internacional havia informado às autoridades de nosso país que o Brasil não receberia mais créditos se não recorresse, na expressão do senador Saturnino, ao “avalista da comunidade dos banqueiros, que é o Fundo Monetário Internacional”, como de fato ocorreu.

Assinado o acordo em janeiro de 1983, Celso Furtado publicava o famoso libelo intitulado Não à recessão e ao desemprego. Era uma alusão à habitual consequência do receituário do FMI, com seus ajustes e cortes. O livro também denunciava a humilhante aceitação da tutela e monitoramento periódico, bem como as condicionalidades e compromissos de toda a ordem, sendo os mais graves mantidos em sigilo ou apresentados como deliberações espontâneas; e, pior que tudo, a perda da autonomia decisória.

Infelizmente, o que chocava no início dos anos 80 do século findo, tornou-se prática rotineira no curso dos anos 90, no quadro do neoliberalismo do Consenso de Washington.

Como citei Celso Furtado, peço licença para um parêntese, a fim de mencionar uma recordação que me é cara e diz respeito à banca examinadora do meu doutoramento.

Criador da Sudene e formulador da Operação Nordeste, esse ilustre economista contudo não havia ainda participado, na condição de examinador, desse tipo de ato acadêmico. Convidado pelo meu saudoso mestre e orientador Prof. Lourival Gomes Machado,

não apenas aceitou, integrando uma banca pela primeira vez, o que muito nos honrou a todos, como me conferiu a nota máxima, para meu extremo desvanecimento.

Mas voltemos ao Plano Real, depois dessa digressão.

O que aconteceu logo nos primeiros anos de estabilização através da fórmula adotada, todos conhecem: dependência do capital especulativo e juros altíssimos, retração econômica e desnacionalização de empresas, alienação do valioso patrimônio público, desemprego e supressão de direitos sociais, salários achatados, investidas contra a previdência pública. Os estados ficavam impossibilitados de administrar, pois passou a lhe ser exigida uma contenção impraticável dentro de um mínimo de governabilidade. Para esse fim, promulgou-se a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal. Tudo isso para executar um “ajuste” que tem como objetivo contrair nosso meio circulante, mantendo-o no volume determinado pelas conveniências do capital externo.

Ademais, ocorria que o Real estava sobrevalorizado, situação essa que durou até janeiro de 1999, inundando o País de importações, inclusive supérfluas, o que representou uma grande distorção e prejudicou a produção local.

Em vista disso, uma vez operada a desvalorização cambial, produziu-se em vários setores empresariais um alvoroço otimista. Com efeito, como o preço do produto em reais passou a corresponder a um montante menor de dólares, suas exportações se tornavam mais baratas e competitivas.

O caso é que esses grupos contavam, para que nada perturbasse seus cálculos de custos, com a preservação de um contexto geral de arrocho e uma mão-de-obra salarialmente deprimida.

Em outras palavras, nessa ótica, a economia é projetada como plataforma de exportações nacionais e transnacionais (em última análise destinada à obtenção de divisas para o pagamento do serviço da dívida) com os empresários indiferentes ao quadro em que se insere o esmagamento do mercado interno.

No momento, a preocupação desses setores do empresariado diz respeito ao barateamento do dólar, em decorrência da entrada de maior volume de capital especulativo, atraído pelos altos juros; nessas condições, o dólar das exportações se traduz em menos reais. E há também, sem dúvida, o risco das importações supérfluas que prejudicam a produção local, além dos perigos decorrentes da volatilidade do tipo do capital que ingressa. A insegurança é tal que os próprios mentores do Consenso passaram a recomendar, para esses casos, a intervenção no mercado; aliás, já estão propondo também cortes nos altíssimos juros.

Tudo isso configura uma discussão evidentemente legítima, mas insuficiente, pois as vulnerabilidades essenciais do modelo em vigência não são questionadas.

Basta observar que os empresários auto-denominados “desenvolvimentistas”, além de se haverem juntado ao coro dos que bradavam contra o “custo Brasil”, sempre deram e continuam dando apoio à privatização e às chamadas “reformas”, como a previdenciária e a trabalhista.

Já o modelo novo que a opinião crítica mais conseqüente vem preconizando e cuja proposta está na ordem do dia, é completamente diverso do atual.

Sua referência é um projeto nacional que substitui os investimentos privados do centro hegemônico pela acumulação de capital lastreada num mercado interno em crescimento, com elevação dos salários reais e políticas de máximo emprego. Ao capital internacional se reservaria apenas papel complementar, numa economia direcionada pelo Estado.

Há também, é claro, que atentar à questão fundiária, dados os absurdos e perigos da manutenção de uma estrutura anacrônica de posse e uso da terra, a qual, além do mais, permite a entrega de áreas inteiras por cessão ou venda e a preços aviltados, retirando-as assim do controle soberano da Nação.

E principalmente não podemos esquecer que só os sistemas decisórios nacionais são capazes de promover a ativação do potencial produtivo interno e de realizar a incorporação econômica da imensa população ainda marginalizada.

O modelo liberal-monetarista já é considerado falido, particularmente na América Latina. É suficiente mencionar o dramático exemplo dos países que aderiram ao Consenso de Washington que agora se apresenta como Pós-Consenso, apesar de conservar o mesmo esquema básico e cobrar o seu cumprimento pleno.

Apenas foram acrescentados alguns conselhos piedosos sobre a maneira de redistribuir os recursos destinados aos mais necessitados, recursos esses tornados escassos justamente pela política econômica adotada. Só para exemplificar essas sugestões, mencionemos uma que volta e meia vem à baila: a complementação do orçamento por meio de cobrança a ser feita aos estudantes da Universidade Pública!

Para finalizar, citarei um pequeno trecho do texto do cientista político Prof. Luiz Toledo Machado, intitulado No fio da navalha. Ali se lê:

“Continuar na rota liberal-monetarista será suicídio anunciado a curto prazo. O Brasil ostenta condições de superar a crise com recursos próprios, a começar pela reformulação do Estado privatizado, pelo saneamento do mercado e pela instituição da necessária centralização cambial. O problema está na formulação de uma estratégia para sair da armadilha da dependência externa”.

E essa estratégia, acrescentemos, compreende a aglutinação das forças nacionais e populares para resistir à chantagem do “mercado”, que vem sendo praticada sobre o nosso novo governo. Mesmo porque, da intolerável submissão em nome da conquista da confiança, decorre um conseqüente desgaste, tanto econômico como político.

Paula Beiguelman  
Professora Emérita da USP